

O PRENÚNCIO DAS ÁGUAS:

PORTUGAL SOBREVIVENDO AO NAUFRÁGIO

Rosemary Gonçalo Afonso

RESUMO: O romance *O prenúncio das águas*, de Rosa Lobato de Faria, se inspira num fato concreto: em Portugal, na região do Alentejo, a aldeia da Luz precisou ser submersa para permitir a construção da barragem do Alqueva, considerada indispensável para o progresso daquela região e, conseqüentemente, do país. O posicionamento das personagens que habitam o local, alguns ansiosos pelas melhorias prometidas pelo projeto, outros irredutíveis na sua crítica à mudança, é o mote para as reflexões desenvolvidas no trabalho, que giram em torno de questões de caráter identitário, suscitadas pela adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu.

Palavras-chave: Romance; Portugal; Identidade.

ABSTRACT: The novel *O prenúncio das águas* by Rosa Lobato de Faria is inspired by a real fact: in Portugal, in the Alentejo region, the village of Luz had to be submerged to allow the construction of the Alqueva dam, considered indispensable for the progress of the region and hence the country. The positioning of the characters that inhabit the place, some anxious about the improvements promised by the project, other uncompromising in his criticism of the change is the theme for the reflections developed at work, which revolve around identifying nature of issues raised by the accession of Portugal the European Common Market.

Key-words: Novel; Portugal; Identity.

*Não se perdeu nenhuma coisa em mim
Continuam as vozes diferentes
Que intactas no meu ser estão suspensas
Trago o terror e trago a claridade,
E através de todas as presenças
Caminho para a única unidade*

Sophia de Melo Breyner, in OHS, p.139

A adesão de Portugal à Comunidade Européia, em 1986, não passou despercebida aos intelectuais que refletem (ou refletiam) a realidade do país, tendo repercutido, inevitavelmente, na sua literatura. A tentativa de aproximação de países tão díspares, cultural e economicamente, ainda gera polémica, e não poderia ser vivida com indiferença num país que, até a Revolução de 25 de abril de 1974, vivia fechado em si mesmo, estagnado sob o peso de uma ditadura que

o afastava deliberadamente do contato com o exterior, inclusive com essa mesma Europa, mesmo ali ao lado. E pensá-la “ao lado” era já uma forma de exclusão.

No romance *O Prenúncio das Águas*, publicado em 2001, Rosa Lobato de Faria¹ reflete sobre questões identitárias e sobre as novas fronteiras, mais resistentes porque abstratas, que deverão demarcar os limites entre os diferentes países do bloco europeu.

O cenário do romance é inspirado num fato concreto: em Portugal, na região do Alentejo, a aldeia da Luz precisou ser submersa para permitir a construção da barragem do Alqueva, considerada indispensável para o progresso daquela região e, conseqüentemente, do país. Quanto à população, que se recusou a abandonar o local, seria transferida para uma aldeia idêntica, construída num ponto geograficamente mais alto, a 2 Km de distância, onde estaria segura, fora do alcance das águas. Não obstante os moradores terem cedido à realização do projeto, a inusitada indenização fez aquecer a polêmica sobre até que ponto seria viável ceder aos avanços da modernidade e das imposições de uma Europa que exigia que Portugal se parecesse com ela a qualquer preço.

N' *O Prenúncio das Águas*, a aldeia de Rio de Anjo, também na região do Alentejo, é reconstruída num local a 5 Km de distância do original, viabilizando, assim, a construção de uma represa. No novo endereço, toda a aldeia: casas, igreja, praça, café, enfim... tudo é reproduzido, seguindo o traçado antigo. Tudo novo e, portanto, tudo diferente... porque numa casa nova, mesmo sendo essa uma réplica, não se percebe, entre outras marcas, o desnível causado nas pedras das escadas pela passagem de familiares e amigos, como lamenta um dos moradores. A perda é inevitável e, nesse caso, é uma perda muito significativa, pois como explica Gaston Bachelard, em sua *Poética do Espaço*, a perda da casa implica na perda de uma referência primordial do indivíduo:

A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. (...) Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida, É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. (BACHELARD, 2003, p.23)

No caso português, a transposição dessa perda para o espaço da literatura tem uma dimensão simbólica, visto que, como mostra uma pesquisa realizada pelo professor Jorge Fernandes da Silveira, a casa portuguesa pode ser entendida “como uma construção discursiva que pensa o modo português de fixar-se na terra natal” (SILVEIRA, 1999. p.15). Sendo assim, o texto suscita algumas questões revelantes, dentre elas: como caracterizar uma identidade autenticamente portuguesa apesar da hegemonia de outros países da Europa? Ou ainda: como não sucumbir ao presente europeu sem as reminiscências de um passado de glória?

No romance, a notícia sobre o destino da aldeia leva de volta a Portugal a jovem Filomena, uma fotógrafa e redatora de um jornal francês, filha de emigrantes, que durante a infância costumava passar as férias de verão em Rio de Anjo, onde o pai nascera. Quando soube da decisão tomada pelos engenheiros responsáveis pela obra, com o aval do governo, Filomena pensou em fazer uma reportagem que imortalizasse a aldeia original.

A importância atribuída à jovem, que é a protagonista da história, reflete a influência exercida no país por esses “filhos da Europa” que optam por permanecer em Portugal ou visitam o país com frequência. Silenciosamente, trazem hábitos e comportamentos que passam a ser incorporados com naturalidade no cotidiano daqueles que permaneceram no país. Nos países onde vivem ou viveram, representados no romance pela França, eles constituem um grupo bastante vulnerável a crises de identidade, uma vez que são vistos como estrangeiros nos países onde foram educados e nem sempre se sentem confortáveis no país que conheceram através dos seus pais e das visitas de férias. A narrativa revela o preconceito do qual foram vítimas. Como revela Filomena: “Não era fácil, na Paris da minha infância, ser filha de imigrantes portugueses. Não pelas condições de vida, das quais, no meu caso específico, não tenho razões de queixa, mas porque outras crianças, cruéis como só as crianças sabem ser, nos humilhavam constantemente e de todas as maneiras. (FARIA, 2001. p.9). Com o tempo os filhos de imigrantes percebem que o preconceito das crianças é um reflexo do preconceito dos seus pais, tanto que Filomena sabe que os comentários da mãe do seu namorado francês, ao citar as preferências do filho, revelam a opinião da própria senhora a seu respeito:

“Era ela que se envergonhava da minha roupinha classe média, do meu fiozinho de ouro com medalhas de Nossa Senhora de Fátima e do anjo da guarda” (FARIA, 2001. p.40). O hibridismo cultural que caracteriza aqueles que se encontram nessa situação pode favorecê-los ou condená-los, e para contornar os seus efeitos a consciência dessa condição se torna indispensável.

Também regressa à aldeia o Dr. Ivo Durães, professor de filosofia aposentado que havia partido para a capital ainda menino. Sem encontrar razões lógicas para ter voltado a uma aldeia moribunda, o Dr. Ivo aceita o consolo da voz interior que lhe diz que aquele é o lugar a que pertence. A idade faz dele um dos depositários da memória local, como mostram suas lembranças da infância; mas é o conhecimento adquirido em outros espaços que facilita sua adaptação à nova realidade.

O olhar de Filomena e do Dr. Ivo sobre as pessoas e sobre as histórias da aldeia direcionam nossa reflexão. Dotados do distanciamento necessário para avaliar com imparcialidade a situação, porém, intrinsecamente ligados ao lugar, esses dois novos (antigos) moradores acabam por se envolver entre si e com a rotina do lugar. Tornam-se igualmente sensíveis à expectativa ou à angústia que atinge os moradores: alguns ansiosos pelas melhorias prometidas pelo projeto, outros irredutíveis na sua crítica à mudança, pois acreditam que a sua aldeia precisa permanecer exatamente onde sempre esteve; respeitando a indicação de Nossa Senhora que, conforme reza a lenda local, ali teria aparecido e manifestado o seu desejo de ser venerada naquele lugar e não a 5 Km de distância. Essa lenda, que lembra a história do milagre da Aparição de Nossa Senhora de Fátima aos pastorinhos, contuibui para que a aldeia seja vista como uma metonímia do país, que ainda carrega uma saudade atávica de sua antiga dimensão continental. Isso se confirma pela voz de um dos cinco narradores, quando este afirma que “existe um paralelo flagrante entre o pano de fundo de um império agonizante e o cenário da aldeia moribunda das Três Irmãs de Rio de Anjo” (FARIA, 2001, p.31).

Por conta das irmãs de Rio de Anjo, mencionadas na última citação ficam as grandes intrigas e os inconfessáveis segredos, revelados apenas ao leitor no decorrer da narrativa: Ausenda, Beatriz e Clara moram no quase palacete da família Matias Branco, com Zé Nunes, marido de uma delas, e o filho e sobrinho

Pedro, um menino de 11 anos, sensível e inteligente. Infelizes, cheias de ressentimento, vivem “à espera que os dias passem, que o Pedro cresça, que o Zé Nunes morra, que as águas subam” (FARIA, 2001, p.29). Essa espera reflete o mito do sebastianismo português, a apatia de um povo ressentido que não faz suas próprias escolhas, e que “embarca” no Mercado Comum Europeu como se fosse ele o novo salvador da pátria.

Nessa “aldeia moribunda” não falta um reflexo do camoniano “velho do Restelo”, percebido nas críticas em tom profético de Sebastiana, a “bruxa” local, principal representante do antigo Portugal. A velha senhora nunca concordou em viver na aldeia nova, apelidada pelo povo de “Aldeia do Luto”, e não retorna de uma visita que faz sozinha a essa aldeia quando ela começa a submergir. Seu nome e seu inexplicável desaparecimento relembram o destino trágico de D. Sebastião, marco da própria decadência do país, um processo ainda em curso como a exigência de remoção da aldeia o confirma. Mas se sua resistência parece anacrônica diante da modernização iminente, ignorá-la é fazer crer que a nova aventura não possui opositores. Sebastiana é dona do seu destino e recorre à memória para contornar as novidades, mantendo um vínculo com o passado sem o qual não se reconhece. Sua recusa nos faz lembrar o que afirma Gonçalves Filho sobre o papel determinante da memória diante da imposição de novas realidades. Segundo ele, “o trabalho da memória entra em contraste (...) com o esforço das ciências quando interpretam a história renunciando nela tomar parte” (GONÇALVES FILHO, 1988, p.96). Isso porque a memória não se move pela racionalidade, muito pelo contrário, ela “tece lembranças assentadas na efetividade de acontecimentos, miúdos ou grandiosos, e no impacto e eloquência que impuseram a observadores participantes, que nestes acontecimentos se engajaram integralmente” (GONÇALVES FILHO, 1988, p.98). Sendo assim, os relatos pautados na memória, sobretudo dos idosos, funcionam como termômetros capazes de medir a receptividade das transformações sofridas num determinado grupo. Sebastiana se entristece com as mudanças a que assiste e condena, e opta por não experimentá-las, mas antes de desaparecer ela se empenha em immortalizar as lendas locais: “Tenho tido o cuidado de contar à Filomena, que as escreve, todas as lendas, estórias, razões, quezílias, sobressaltos, ilusões e anseios que fazem de nós um povo verdadeiro” (FARIA,

2001, p.132). É o seu legado às novas gerações: sua memória imortalizada. Integram a narrativa a lenda da felidona, a lenda da localização da aldeia (escolhido por milagre), a lenda do cemitério (que não podia ser remexido), a lenda da Fonte do Xisto e a lenda do homem que venceu a tentação, também conhecida como a lenda do carreiro (FARIA, 2001, p.18 e 77, 34 a 37, 42, 107 e 79). Filomena explica sua motivação para registrar os relatos da velha:

A minha idéia (e o Ivo concorda) é que ao ressuscitarmos os mitos da aldeia estamos a preservar a integridade cultural que nos torna um grupo específico, um povoado que não o é apenas por razões geográficas, mas pelas fundas raízes da tradição e do sonho. (FARIA, 2001, p.98).

Esse povoado é Portugal. Sendo um “império agonizante”, Portugal não resiste à tábua de salvação que a Europa representa; e um dos defensores dessa política é Eduardo Lourenço, que minimiza os riscos do contato com culturas tecnologicamente mais desenvolvidas. Em “Portugal – identidade e imagem”, o ensaísta explana sobre a questão da “hiperidentidade” portuguesa e lembra que os portugueses estão tão ameaçados de perder a identidade como o está o universo inteiro, sobretudo, os povos ocidentais. (LOURENÇO, 1990, p.23). Como explica durante a conferência proferida na abertura da EXPO 98, intitulada “Portugal neste fim de milênio”:

Um futuro nosso, no sentido demagógico – sebástico (mas sobretudo irreal) do termo, é um futuro de ninguém. Já não podemos aspirar a ser, mesmo a título hiperbólico, “a nação orgulhosamente só”, que, por necessidade ou desafio, um dia nos supusemos” (LOURENÇO, 1990, p.81).

De fato, o contato com outras realidades e as inovações advindas da adesão ao bloco europeu foram recebidas com euforia nesse país onde se vivia de forma tão anacrônica, como constata Enzensberger no ensaio “Cismas Portuguesas”, escrito em 1986, ano em que acontece a adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu. Segundo ele: “Em Portugal, pode se fazer de graça uma viagem no tempo” (ENZENSBERGER, Hans Magnus. p.130).

Mas, se alguma transformação é saudável, a ameaça constituída pela convivência com países como França, Suíça, Alemanha e Inglaterra, dentre outros, não pode ser desprezada, e os portugueses despertam para a importância de preservar o que é genuinamente seu, de valorizar os aspectos culturais com os quais se identificam, numa tentativa de contornar o nivelamento que pode resultar do contato entre diferentes culturas num mundo cada vez mais “globalizado”. Se as fronteiras geográficas se diluem e a cultura é mundializada, a identidade do grupo é mantida pelo fortalecimento da cultura regional, que se sobressai, pois como explica Silvano Peloso, ao refletir sobre multiculturalismo: “os diversos povos do mundo, por estarem mais próximos, estão verdadeiramente em estágio de compreender a própria diversidade recíproca” (PELOSO, 1995, p.166). Para confirmar essa valorização de aspectos regionais lembramos que, no romance, a ênfase dada aos vinhos e à culinária local é notória, o que reflete o empenho do país em valorizar sua enologia e gastronomia. Adanito (ou tio Adão), dono do café local, descobre que os turistas vêm à aldeia também à procura da comida “typical” alentejana. Acompanhando as refeições, são servidos “o branco de Borba” ou “um magnífico Reguengos tinto”. O romance ainda registra as receitas de alguns doces regionais, como a do “especione do Bom Jesus de Viana do Alentejo” e do “manjar celeste”. (FARIA, 2001, p.13, 81, 82 e 139).

A resistência do sujeito ao esfacelamento de suas raízes culturais possibilita a construção da sua própria identidade. O respeito a todas as presenças que permeiam a sua formação, mesmo àquelas que se mostram ultrapassadas, é o caminho para a unidade, como revela a epígrafe desse trabalho. Ou seja, pode-se absorver o novo, sem substituir indiscriminadamente o que não precisa ficar velho, ainda que seja antigo. Isso é sugerido na maneira como Filomena explica a organização da casa dos pais: “Mantive o essencial do espírito daquela casa, tudo o que nela me pareceu tradicional e encantador, e acrescentei-lhe um pouco de mim” (FARIA, 2001, p. 12). Sem apagar seu percurso, Filomena respeita sua própria cultura, que enquanto processo não pode ser simplesmente substituída, pois como esclarece Maria Manuel Batista: “a cultura é vida imaginária partilhada, caminho construído em comum, que parte

da vontade dos homens, que encontram razões válidas para fazer determinadas opções e não outras.” (BAPTISTA, 2003, p.51).

O *Prenúncio das Águas* tem início com o relato de um sonho que persegue Filomena: mergulhada na água morna de um rio, a jovem vê a aproximação de um menino que a abraça e a leva de volta à superfície. Desperta, ela se pergunta: “Que menino é este que, noite após noite, no meu sonho recorrente das madrugadas, me salva do meu próprio naufrágio?” (FARIA, 2001, p.8).

No decorrer da narrativa identificamos que o menino é Pedro, pedra basilar de um Portugal novo, que tem muito a aprender com o futuro, e com o passado, lembrado no seu próprio nome, que foi também o de reis portugueses fortes e carismáticos, e o do fundador da Igreja Católica. O sonho de Filomena mostra o resgate de um país que precisa conciliar suas tradições com as imposições de uma modernidade impessoal, que muitas vezes se mostra arbitrária. Pedro, que deseja morar em outro planeta, julga ser um extraterrestre o anjo que vem falar com ele e que revela as mudanças que lhe estão destinadas:

para seres o chefe da aldeia do futuro tens pela frente uma grande tarefa, vais ter que estudar muito, mudar de casa, quem sabe de família, coisas complicadas que tu vais perceber que são importantes. Eu ajudo-te, a minha missão é tomar conta desta aldeia e tu, como futuro chefe... (FARIA, 2001, p.54).

A indicação do anjo, que de certa maneira “autoriza” a transferência da aldeia, remete para o caráter de povo escolhido, de país com um futuro predestinado, que permeia o imaginário português, tendo justificado tantas opções dos seus antigos e atuais governantes.

A água destrói e cria. No romance, ela inunda a aldeia, mas, como fonte de vida e de renovação, assume sua condição maternal, feminina: ela é líquido amniótico onde Pedro é simbolicamente gerado. Como pontua Bachelard: “dos quatro elementos, somente a água pode embalar. É ela o elemento embalador. Este é mais um traço de seu caráter feminino: ela embala como uma mãe” (BACHELARD, 1998, p.136).

Filomena aceita a maternidade simbólica que lhe está reservada. Pedro fica aos cuidados dela e do professor Durães, a pedido das irmãs Matias Branco,

que partem definitivamente para Lisboa, depois de cometerem um crime perfeito: não foram sequer suspeitas do assassinato de Zé Nunes. O Portugal do futuro deve crescer com a influência externa sem rejeitar a sua própria maneira de ser, sua filosofia, e dispensa valores arcaicos como o machismo e o autoritarismo que caracterizavam o personagem, morto pela esposa e cunhadas.

No romance, Rosa Lobato de Faria apresenta uma perspectiva otimista para a realidade europeia do país, e a esperança de que Portugal ainda mude muito, sem mudar demais. Esperança com a qual compartilhamos, pois plagiando uma máxima de Margarida Alves Ferreira: “não se tem impunemente sangue herdado de Portugal” (FERREIRA, 1994, p.43). A essa esperança de que as mudanças não sejam arbitrariamente impostas, acrescentamos o desejo de que, diante do novo desafio de ultrapassar a atual crise econômica que castiga sobretudo a Europa, os portugueses tenham a determinação dos seus antepassados para arriscar em percursos que vão exigir novas soluções e, conseqüentemente, a confiança no conhecimento adquirido pelas novas gerações nos diferentes países da Comunidade.

REFERÊNCIAS:

- BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *A Poética do Espaço*. SP: Martins Fontes, 2003.
- BAPTISTA, Maria Manuel. Da cultura europeia à Lusofonia: pensar o impensado com Eduardo Lourenço. *Revista Metamorfoses* 4. Lisboa: Caminho e Cátedra Jorge de Sena, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* Lisboa: Livros Horizonte. 1974.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. Cismas Portuguesas. In: *A Outra Europa, impressões de sete países europeus com um epílogo de 2003*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.
- FARIA, Rosa Lobato de. *O Prenúncio das Águas*. Rio Tinto: Grafiasa, 2001.
- FERREIRA, Margarida Alves. “Portugal e o Naufrágio do Império”. In: ARAGÃO, Maria Lucia Poggi de. BOM MEIHY, José Carlos Sebe (coords.) *América, ficção e utopias*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1994. p.27-44.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto (Org.) *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.95-124.
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia da Letras. 2001.
- _____. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (Org.) *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.361-366.

PELOSO, Silvano. Identidade nacional e sociedade multicultural. Texto apresentado na mesa-redonda “Globalização, Identidades Nacionais e Culturas”, no “Encontro de Cultura Brasileira”, realizado em Brasília de 5 a 11 de novembro de 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”. In: RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António (Orgs.) *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos de identidade*. Porto: Afrontamento, 2001. p. 23-85.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da (org). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Sites consultados:

Página oficial da Comunidade Europeia: www.europa.eu.int. Acesso em 18/10/2011

Aldeia da Luz: <http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-aldeia-da-luz-16574> e

<http://www.youtube.com/watch?v=PcuKl1RCbl0>. Acesso em 18/10/2011.

NOTA:

1- Rosa Maria de Bettencourt Rodrigues Lobato de Faria (Lisboa, 20 de Abr de 1932 - Lisboa, 2 de Fev de 2010). Vitimou-a uma [anemia](#), aos setenta e sete anos. Este texto é uma homenagem à autora.